



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS

60 ANOS

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 5

ANO I

V FASE

NOVEMBRO 1985

Cr\$ 1.200

Insurreição de 35 é lembrada pelo povo no seu cinquentenário

João Amazonas, presidente do Diretório Nacional do Partido Comunista do Brasil, analisa a atuação da Aliança Nacional Libertadora e desmistifica a campanha difamatória que a burguesia realiza contra a insurreição. **Página 3.**

EDITORIAL

Trabalhadores vão dizer não à reação e ao atraso.

Chegamos aos momentos decisivos de uma grande batalha política: as eleições para prefeitos das capitais e das ex-áreas de segurança nacional.

A classe operária, os trabalhadores, dela participam com grande garra, imprimindo novo colorido à vida política do país, malgrado as tentativas de colocá-los à margem e de desmobilizá-los. Hoje os trabalhadores compreendem, como resultado da elevação de seu nível de consciência, que eles, a parcela mais conseqüente da sociedade, avançam no curso das lutas do dia-a-dia, sobretudo as lutas políticas. A campanha eleitoral mostrou que não basta participar, seja nos comícios ou outras ações, ou ainda da votação em si, mas participar bem, corretamente. Com espírito unitário e independência, colocando-se ao lado das candidaturas democráticas, progressistas e capazes de bater a reação.

Afinal, configurou-se nitidamente, nas grandes cidades e particularmente em São Paulo, uma acentuada bipolarização entre o avanço e o retrocesso, a consolidação democrática e a cristalização de bolsões fascizantes, o progresso e a reação. Enfim, confronto que tende a se intensificar entre a direita e as forças progressistas. A luta eleitoral apareceu, assim, como o reflexo dessa contenda, presente em toda a vida política e social do país nestes primeiros meses de Nova República.

A classe operária, por isso mesmo, não pode se embair pelo diversionismo das candidaturas patrocinadas por forças diversionistas, como o PT, o PDT e o chamado PCB. Particularmente em São Paulo, a candidatura petista joga, na verdade, o papel de reserva da reação, na medida em que os votos em Suplicy representarão sufrágios ao candidato da reação, o putrefacto Jânio Quadros. Trata-se de postura vesga, que em nada interessa ao avanço democrático do país, nem muito menos à elevação do grau de consciência e organização dos trabalhadores.

Realça-se ainda mais a importância da unidade dos trabalhadores e democratas em geral em torno das candidaturas capazes de derrotar o retrocesso, se se tem em conta a dimensão nacional da batalha que ora finda. Toda a campanha eleitoral mostrou que de municipal estas eleições têm apenas a forma. Seu conteúdo é essencialmente nacional, pois que é continuidade direta das memoráveis campanhas de 1984 e uma espécie de ensaio geral das lutas de 1986, em especial a eleição para a Constituinte.

O Partido Comunista do Brasil teve durante todo esse processo uma estratégia correta. Balizada não em seu interesse exclusivo, mas no interesse geral da nação e do povo, propugnou a mais ampla união das forças democráticas e patrióticas, orientou no sentido da intensa mobilização de forças e da organização popular. Inspirados nessa justa orientação, os comunistas foram fator de estabilidade no seio da aliança democrática. Contribuíram para definir apoios corretos, combatem a dispersão, advertem o fracionamento como tendência malsã e mantêm-se como esteio seguro das conquistas democráticas da Nova República.

Fosse outra nossa orientação e a surrada pregação anticomunista teria encontrado eco e resultado na dispersão das forças democráticas. Se tal não ocorreu, deve-se à amplitude e à justeza da linha adotada pelo PC do B.

No dia 15, o povo brasileiro, que avança politicamente e nutre vigoroso sentimento de mudanças, infligirá contundente derrota a seus inimigos.

Vamos reforçar essa tendência! Tudo pela vitória democrática em 15 de Novembro!

Tudo pela consolidação democrática e pela continuidade das mudanças na Nova República!



Só mobilização camponesa vai fazer a reforma agrária avançar

Página 4

As negociações só terão futuro se os trabalhadores não forem prejudicados

Página 2

Veja como o FMI e a dívida externa tiram tudo que o povo produz e ganha

Página 4

Em São Paulo PC do B filia milhares de novos combatentes

Apenas num fim de semana, durante Jornada de Filiação realizada pelo Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil — PCdoB — em São Paulo, milhares de pessoas ingressaram no Partido do proletariado. A campanha continua e paralelamente à batalha eleitoral, contingentes cada vez maiores de populares procuram o PCdoB para orientar e dirigir suas lutas.

O Partido nasce e se desenvolve também em pequenas cidades do interior do Brasil. Onde se desenvolve a campanha de filiação a meta agora é organizar os novos membros para que possam participar ativamente da luta política em curso.

Páginas 5, 6, 7 e 8.



Chico Martins



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Mauricio Grabois

Veja como o FMI e a dívida externa estão influenciando na sua vida

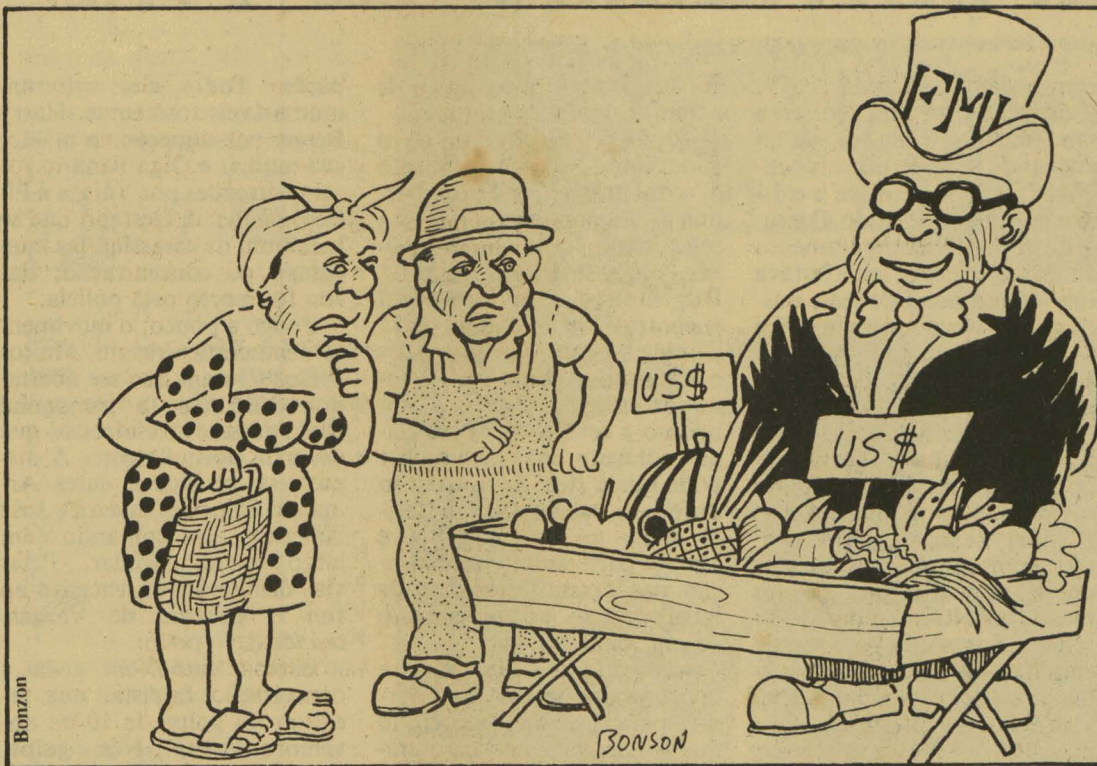
Desde que o FMI passou a administrar o pagamento da dívida externa do Brasil, uma série de mudanças aconteceram na economia do país. O governo Figueiredo, sob a batuta de Delfim Netto, adotou a política econômica receitada pelo Fundo... E o resultado é que quem paga a dívida que eles fizeram somos nós, os trabalhadores e o povo brasileiro. Veja só:

Salários: Nos últimos dois anos, os salários foram reajustados bastante a baixo da inflação. Não bastasse a ganância dos patrões e o rebaixamento artificial do INPC, o FMI ainda exigiu que os salários ficassem oficialmente abaixo do próprio INPC. Assim, o governo Figueiredo baixou nada menos que cinco decretos de arrocho salarial, ao longo de 1983, que estiveram em vigor até o início deste ano. Um exemplo de resultado: a categoria dos metalúrgicos de São Paulo, entre 1980 e 1984, teve sua massa salarial aumentada em 1650%, ao passo que a inflação no período foi de 2830%: uma perda de 1189%! O FMI quer que o Brasil pague sua dívida exportando mercadoria barata, por isso recomenda que sejam rebaixados os salários, como forma de

“reduzir custos de produção”. Essa é uma das maneiras pelas quais o trabalhador paga aos banqueiros.

Preço do pão: Cada vez que o pãozinho aumenta, uma fatia do salário do trabalhador está sendo abocanhada. Mais uma vez, quem está por trás do ataque é o FMI. Desde 1972, o governo subsidia o preço do trigo, que é em parte importado. Com esse mecanismo, era possível manter o preço da farinha, e conseqüentemente do pão, macarrão e massas, sob certo controle. Alegando a necessidade de “zerar o déficit público”, o FMI exigiu que o governo retirasse os subsídios ao trigo. Apesar das complicadas fórmulas econômicas apresentadas, mais uma vez foi o povo quem pagou o pato: em dois anos, entre janeiro de 1983 e fevereiro de 1985, o preço do pãozinho subiu 1.024%.

Tarifas de energia: Para construir as hidrelétricas de Itaipú e Tucuruí, os generais fizeram pesados empréstimos através de Eletrobrás, que é responsável, hoje, por uma parcela da dívida externa. Dentre as medidas impostas pelo FMI nos acordos com o Brasil figura também o aumento das tarifas dos serviços públicos. Assim, a energia elé-



trica subiu mais que a inflação e que os salários neste período, além de ter agora reajustes mensais das tarifas. Junto com a luz, disparam também telefones, água e outros serviços de que se beneficiam os trabalhadores. Mas ainda existe quem pague menos: os grandes monopólios estrangeiros

que exploram os minerais da serra dos Carajás, por exemplo, têm energia e outros serviços subsidiados. “Coincidentemente”, a produção de Carajás é destinada à exportação...

Oferta de alimentos: Nos últimos anos, a produção de ali-

mentos tradicionais do brasileiro, como feijão, milho e outros, vem cedendo terreno para a soja e a cana de açúcar. Neste processo em que as pequenas culturas voltadas para o abastecimento do mercado interno são desalojadas em favor dos grandes projetos agropecuários voltados para expor-

tação, a oferta de alimentos para os trabalhadores caiu vertiginosamente. O Brasil teve que importar feijão e carne várias vezes, o que encareceu estes produtos brutalmente. O governo Figueiredo chegou ao grotesco de fazer campanhas para o consumo de suco de laranja quando se sabia que o preço era artificialmente elevado a fim de gerar excedentes para exportação! O garrote do FMI, a exigir superávits no comércio exterior, acelerou o direcionamento da agricultura brasileira para o mercado externo, e fez da alimentação cada vez mais um privilégio de setores minoritários da população.

São apenas alguns exemplos de como a dívida externa passou a comandar a política econômica do país: ao invés do cachorro abanar o rabo, agora é o rabo que abana o cachorro. O “cumprimento dos compromissos externos” deixou de ser apenas uma preocupação de governo para penetrar no dia a dia de cada brasileiro. Na agonia das contas impossíveis de serem pagas; do salário que mingua antes que o mês termine; da geladeira que teima em ostentar prateleiras vazias; atravessado no caminho da solução de todos estes problemas está sempre o mesmo inimigo, o FMI.

Conclat vai mesmo ser outra central sindical

A Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras) realizará em março de 1986 seu Congresso. Nele, um dos pontos centrais a serem discutidos é a transformação da atual Coordenação em Central Sindical. Esta resolução marca uma definição mais clara do movimento intersindical brasileiro, com a cristalização da divisão organizativa e esboçada desde 1983.

“Eu tenho quase que certeza absoluta de que esse Congresso decide realmente uma nova central”. Essas palavras, de Rogério Magri, membro da direção nacional da Conclat, apontam para o desfecho de uma questão levantada em 1983, com a fundação da CUT. Depois de dois anos de tentativas para superar a divisão, a Conclat passa também a se organizar como central sindical.

Daniel Gomes, do Sindicato dos Têxteis da Bahia, analisa: “Eu acho que a divisão é uma realidade, a CUT está estruturada. A Conclat buscou e tem buscado por

todas as formas a reunificação do movimento. Nesse momento, é necessário a organização da Conclat, que é ampla, que é aberta, que tem uma visão mais clara dos problemas conjunturais”.

O fato é que nestes dois anos a Conclat, com erros e acertos, se configurou como uma articulação intersindical de caráter unitário. Apesar da presença de sindicalistas atrasados — e mesmo de setores que podem ser classificados como pelegos —, abriu sempre espaço para os dirigentes mais avançados. A recente Plenária Nacional, em outubro, dá mostras neste sentido: de um lado, pela participação de 614 delegados, representantes de 322 sindicatos urbanos e rurais, Federação e Confederações de trabalhadores; de outro, pela adoção de resoluções combativas, como a suspensão do pagamento de dívida externa pelo menos dez anos.

Alvaro Gomes, do Sindicato dos Bancários da Bahia, entende que a central sindical a ser forma-

da a partir da Conclat “tem um papel fundamental. As entidades que estão organizadas dentro da Conclat são altamente representativas e ela terá, sem dúvida alguma, uma força considerável e uma participação decisiva no cenário político”.

As portas para a unificação não estão totalmente fechadas. Como afirma Oswaldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo e da Conclat estadual, “o bom senso, as bases clamam pela unidade. Por que nós não estaremos juntos votando com eles pela unidade das centrais?” De acordo com Sérgio Barroso, dos médicos de Alagoas e da direção nacional da Conclat, o que impediu a reunificação foi “a posição da CUT, de defender o plurisindicalismo”. Agora, segundo Sérgio, “o movimento operário exige direção, exige coordenação a nível nacional das lutas. Para cumprir esta tarefa e preencher este espaço, virá em março a nova central sindical”.



Recuo na reforma agrária exige maior mobilização

O decreto disposto sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado a 10 de outubro pelo presidente da República, não é o que a nação esperava. Ele significa um recuo evidente em relação ao anteprojeto inicialmente proposto. O plano anunciado abranda os instrumentos que implementariam algumas alterações na estrutura fundiária do País, ficando muito aquém das aspirações dos movimentos camponês e popular, numa clara demonstração de que as pressões dos latifundiários ganharam peso.

Apesar disso, se considerarmos a gravidade da crise que assola o campo brasileiro, com suas áreas de extrema tensão e conflitos violentos, e ainda se levarmos em conta o conjunto dos interesses que se movimentam quando a questão do campo é levantada, concluiremos que mesmo para a aplicação do

plano proposto pelo governo haverá muita luta.

TRÊS PONTOS

Logo de início vamos constatar a diminuição da importância do instrumento da desapropriação, anteriormente citado com destaque razoável. O texto diz que será evitada a desapropriação dos imóveis — leia-se “dos latifúndios” — seja por dimensão, seja por exploração, que “mantém níveis satisfatórios de produtividade” mesmo quando o imóvel “seja mantido inexplorado ou seja deficiente ou inadequadamente explorado”.

Um segundo ponto diz respeito à competência para execução do plano, desta vez delegada à Presidência da República, quando no anterior os planos regionais seriam elaborados pelas próprias delegacias regionais do Incra. Essa centralização tem por objetivo

embarçar as desapropriações que vierem a ser propostas.

Há também outro dispositivo que torna complexa a aplicação da reforma agrária, vez que a avaliação passa a ter como referencial os preços de mercado e não o valor constante nas declarações cadastrais feitas pelos latifundiários junto ao Incra.

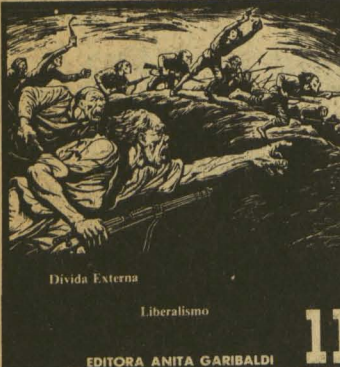
INTERESSE

Caberá, daqui para frente, aos setores populares e democráticos, assim como aos movimentos camponês e sindical rural, combinar a dura crítica às concessões feitas aos latifundiários com a mobilização concreta por uma reforma agrária que contemple os interesses do campesinato e dos assalariados agrícolas, e que sirva de esteio ao desenvolvimento econômico e atenda as necessidades do povo e da nação.

Princípios

Revista teórica, política e de informação

Agosto 85 Cr\$ 9.000



Leia e Assine

Princípios

Apenas Cr\$ 35.000

Recorte e envie este cupom para o endereço abaixo

Nome _____

Profissão _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____ FONE: _____

Data _____/_____/_____

Quero receber uma assinatura da PRINCÍPIOS, com direito a 4 números. Para isso envio cheque nominal / vale postal em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1511, CEP 01317

São Paulo - SP.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

No interior, vencer as dificuldades e construir rapidamente o Partido

Luiz Carlos Orro
do Diretório Regional de Goiás

A legalização do PCdoB representa uma conquista de fundamental importância para a luta emancipadora do proletariado. Durante décadas, o Partido Comunista do Brasil foi privado da liberdade, da condição de atuar em pé de igualdade com as outras forças políticas. A perseguição policial, as dificuldades do trabalho estritamente clandestino, o estigma de "ilegal", tudo isso em muito dificultou o nosso trabalho entre as massas.

A legalidade traz uma nova situação, que amplia enormemente as nossas possibilidades de atuação. Mas é preciso romper definitivamente com métodos e formas de trabalho usados anteriormente e que hoje constituem entraves ao avanço do Partido. Na atual situação, não cabem mais posturas defensistas que escondam o Partido das massas e impeçam o seu crescimento.

Nas cidades do interior, as dificuldades para a organização legal do Partido são maiores, é verdade. Ainda há pouca discussão política,

pouca informação (muita gente sequer sabe que o PCdoB já é legal) e não há ainda um clima de convivência democrática, sendo que a ofensiva de propaganda para vencer as idéias anticomunistas ainda não se deu com a intensidade que o momento exige.

Mas também nem tudo são dificuldades, como exemplifica o caso do crescimento do Partido em Rio Verde, cidade-pólo do sudoeste goiano. Rio Verde tem cerca de 120 mil habitantes e o Partido já faz parte de sua história, desde os tempos da legalidade de 1945.

Em Rio Verde o Partido reapareceu legalmente em agosto passado, com o lançamento da Comissão Municipal em ato público realizado na Câmara Municipal, com a presença de dezenas de pessoas. Dentre os presentes estavam lá vereadores, secretários municipais, lideranças sindicais e populares. A fundação do Diretório Municipal do PCdoB foi noticiada no jornal da região, com uma entrevista com o presidente do Partido, obtendo enorme repercussão.

Após dois meses da fundação do Diretório Muni-

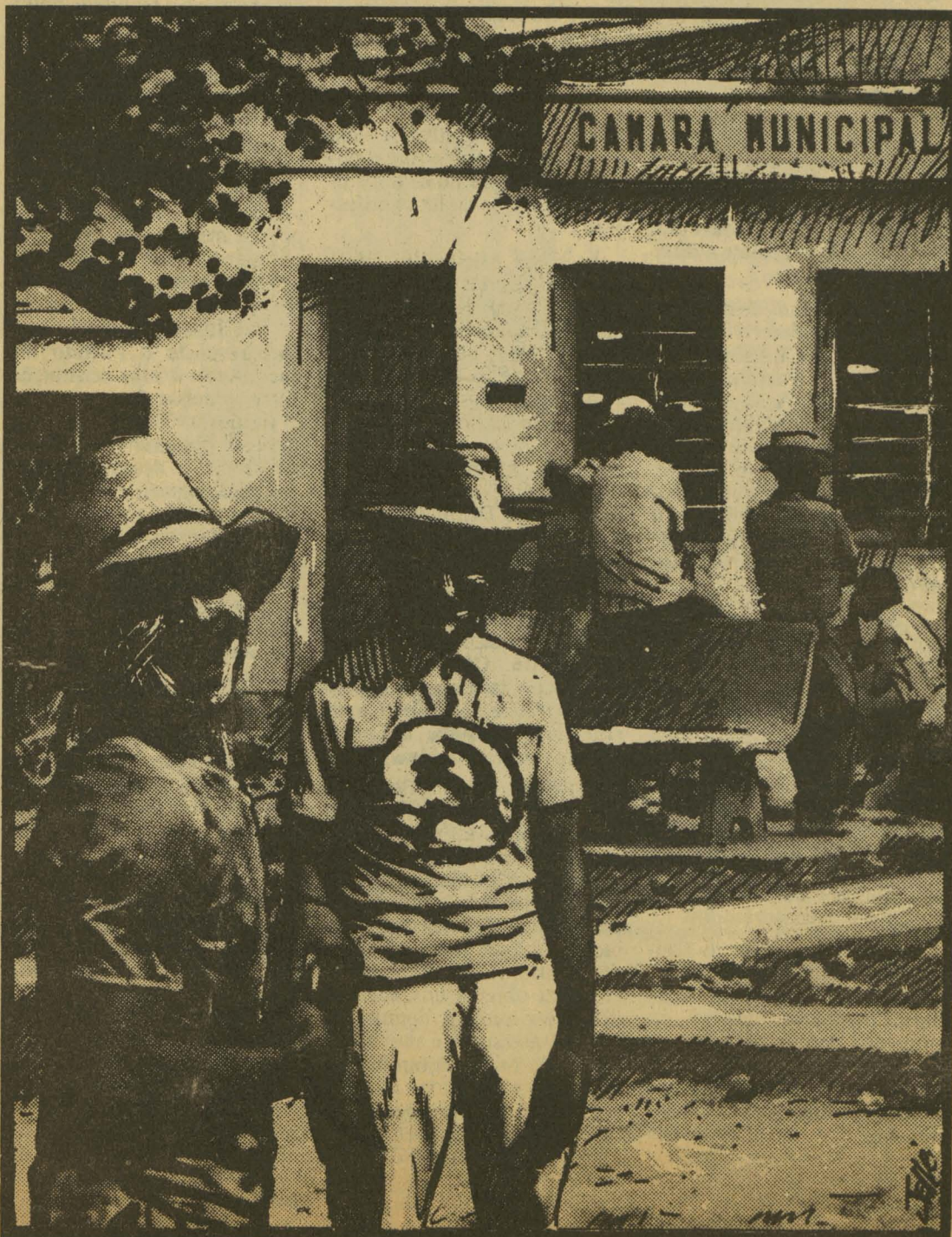
pal, os camaradas de Rio Verde estão ainda mais otimistas, pois afirmam que ocorreu uma grande transformação na atuação do Partido, e alcançamos grandes êxitos na campanha de filiação.

Com o crescimento do Partido na cidade, a relação com as outras forças políticas, com o poder municipal e com os vereadores melhorou sensivelmente. Tanto o presidente do Partido, como os demais camaradas da cidade, não mais são vistos com discriminação, são agora tratados com o maior respeito, como dirigentes de um partido político que luta pelos interesses do povo.

Wellington Melo, o popular "Elinho", como é conhecido em Rio Verde, afirma: "depois que me tornei presidente do PCdoB aqui na cidade, fatos interessantes passaram a acontecer. As pessoas têm me procurado em casa para tirar um filho da cadeia, para levar um parente a um hospital, para certificar-se de que os direitos de um trabalhador acidentado haviam sido pagos corretamente, etc. Podemos notar que não só os vereadores e o poder executivo municipal mudaram o comportamento comigo, mas também meus amigos, vizinhos, os operários, bóias-frias, passaram a me tratar como uma autoridade na cidade, na qual eles podiam confiar".

É de se notar que o fato de camaradas terem assumido a condição legal de comunistas, não os "queimou", nem os isolou, pelo contrário, colocou a ação do Partido em um nível mais elevado. A questão chave agora é aplicar a nossa política de forma ampla, sem sectarismo, num esforço para construir um ambiente em que diversas forças políticas possam conviver democraticamente. Acabar de vez com a visão de que "apenas nós somos os bons".

Com fatos como esses e outros que estão ocorrendo por todo Goiás e no Brasil, podemos concluir que o Partido legalizado, com diretório, presidente, sede,



Centenas de pessoas na inauguração da sede em Anápolis.

Sede e crescimento em Anápolis

O Partido Comunista do Brasil inaugurou recentemente sua sede municipal em Anápolis, uma das maiores cidades do interior goiano, com a presença de centenas de pessoas e personalidade políticas, como vereadores, o candidato a vice-prefeito, secretário municipais e líderes sindicais e populares. Representando a direção regional do PCdoB em Goiás, estiveram presentes o vereador Euler Ivo e o jornalista Luiz Carlos Orro.

Em Anápolis, o PCdoB também está participando ativamente da atual campanha eleitoral, pois a cidade, incluída antes entre os municípios considerados área de segurança nacional, escolheu em 15 de novembro o seu prefeito. Em convenção municipal o PCdoB

decidiu apoiar as candidaturas de deputado Adhemar Santillo para prefeito e João Cunha para vice.

Juntamente com a campanha eleitoral, o PCdoB está desenvolvendo em Anápolis, uma ampla de filiação que está encontrando uma excelente receptividade, tendo ingressado no Partido dezenas de novos membros. Em Vila Jaíara, maior bairro da cidade, com cerca de 30 mil habitantes, um senhor entrou no Partido logo que abordado na campanha e cedeu uma sala comercial anexa à sua residência para ser a sede distrital do Partido. Até o final da campanha, os dirigentes municipais do PCdoB em Anápolis esperam filiar centenas de novos militantes.

tem muito mais possibilidades de aumentar sua influência se compararmos com o período anterior, de clandestinidade. Isso mostra também que a liberdade é necessária para construirmos um Partido com mi-

lhões de membros, capaz de dirigir a grande luta da classe operária, dos trabalhadores, por um Brasil independente, democrático, progressista, por um Brasil socialista. É urgente, pois,

que legalizemos de fato nosso Partido em todos os locais, vencendo as dificuldades que possam existir e as incompreensões, fundando diretórios, abrindo sedes e participando de maneira ampla da vida política local.



**OUÇAM RÁDIO TIRANA,
A VOZ DA
REPÚBLICA POPULAR
SOCIALISTA DA ALBÂNIA**



Programação diária para o Brasil: 7 horas da manhã em ondas curtas de 25 e 31 metros. Às 20 e 22 horas em ondas curtas de 31 e 42 metros. Emissões de uma hora de duração.

O trabalho é duro mas se constrói o PC do B

Três Fronteiras é uma pequena cidade com 8 mil habitantes no extremo oeste de São Paulo, próxima a Santa Fé do Sul e à divisa com o Mato Grosso do Sul. Lá, há três meses, o operário aposentado Geraldo Moreira de Souza começou a construir o PC do B. No início de outubro, ele esteve na capital para registrar a Comissão Municipal Provisória e contou sua experiência à Classe Operária.

"A primeira coisa que fiz foi procurar a classe operária, o bóia-fria, que são os que sofrem a exploração", relata Geraldo. Ele filiou-se ao Partido em Campinas e entrou em contato com o Diretório Regional para organizar o PC do B na sua cidade. Hoje, o Partido está estruturado em Três Fronteiras, sendo a maioria de seus militantes formada por bóias-frias.

A região de Três Fronteiras é predominantemente

agrícola e as principais culturas são feijão, milho e arroz. Há também muitas fazendas de gado. Proliferam os bóias-frias, diaristas, explorados violentamente pelos latifundiários e também pelo comércio, principalmente no preço da alimentação. São os representantes destas classes que monopolizam a política local, da qual os trabalhadores estão até agora marginalizados.

Geraldo conta que vai distribuir o programa nas casas dos trabalhadores, quando então conversa com cada um sobre os problemas que o povo enfrenta. "A gente conversa sobre as necessidades, os problemas diários das pessoas. E procura defender aquele povo".

Com a entrada em cena do Partido, os lavradores de Três Fronteiras começaram a ouvir falar na reforma agrária. Os assalariados agrícolas

da cidade nunca fizeram greve, "mas com a organização do PC do B a gente já começou a discutir como é que vai se defender e se organizar para a próxima safra, em janeiro", relata Geraldo.

Dados estes primeiros passos, com o registro da Comissão Provisória, o PC do B vai começar a ir para as ruas em Três Fronteiras, segundo nos contou Geraldo de Souza. "A gente planeja montar uma banca para os materiais do Partido, para a Classe e a Tribuna Operária. Já estamos procurando uma sede e vamos preparar uma festa para a inauguração". Os comunistas de Três Fronteiras começam a se reunir e já têm traçado o rumo para continuar crescendo. "A maioria da população de nossa cidade é analfabeta. Mas nós vamos ajudar este povo a participar da vida política da cidade", finaliza Geraldo de Souza.

Agressão

Como um batismo de fogo, ainda no começo de outubro, durante um rodeio na cidade, vários militantes do PC do B foram ameaçados, e, covardemente, dez homens, entre os quais o filho do prefeito, agrediram o companheiro Geraldo Moreira. O argumento utilizado não poderia ser mais racional: o Partido Comunista do Brasil não deveria existir na cidade...

Diante disso, com a mobilização dos setores democráticos, a situação foi resolvida a favor dos comunistas. Outro fato pesou também: o do registro de várias comissões, entre as quais a de Três Fronteiras.

Um partido de bóias-frias, proletários, assustou a burguesia da cidade, e esse primeiro episódio serviu para reforçar a convicção de que a luta pela construção da vanguarda da classe operária será dura.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

